



Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT Ano V nº 25 29.06.2005

Conferência de Trabalhadores Automotivos

Perda de direitos trabalhistas e a desproporção entre os ganhos das indústria automobilística e os salários. Essas são as preocupações comuns de trabalhadores de pelo menos nove países, manifestadas nesta segunda-feira em São Paulo durante a abertura da Conferência Latino-Americana da FITIM (Federação Internacional de Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas).

Um dos encontros do gênero mais importantes do continente, o evento tem entre os objetivos discutir as tendências econômicas do segmento e perspectivas para os empregados na atividade. Entre os sindicalistas presentes, a preocupação maior é a flexibilização nas condições de trabalho nas montadoras do mundo.

Segundo o responsável pelo departamento automotivo da FITIM, Ron Blum, números oficiais do FMI (Fundo Monetário Internacional) mostram que a produção automobilística mundial se mantém em expansão. Neste ano, deverão ser 53,1 milhões de unidades fabricadas no mundo, alta de 1,8% em relação a 2004. Mas, ele afirma que há um movimento crescente de flexibilização do trabalho - aumento de terceirização nas linha de montagem e uso (abuso) intenso de horas extras.

Além disso, há uma consolidação de plataformas mundiais das companhias e alianças globais entre montadoras que, de acordo com o dirigente, levam a racionalização na produção e redução do quadro de funcionários. No momento em que se discute no Congresso Nacional a realização de reformas sindical e trabalhista, a flexibilização é uma realidade também no Brasil, na avaliação dos sindicalistas.

O secretário de organização da CNM-CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT), Valter Sanches, afirma que transferência de atividades das fabricantes para fornecedores e a descentralização das operações nos últimos anos - abertura de fábricas em diversos Estados -, levaram a uma piora nas condições de trabalho. Ele cita, por exemplo, que em outras regiões do país as companhias pagam em média menos de um terço do salário pago no Grande ABC.

Para reduzir as desigualdades nas condições de trabalho, a CNM-CUT e a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) da Força Sindical deverão entregar nesta quarta-feira à Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) uma pauta unificada de reivindicações, para o início das discussões da data-base. Entre os pontos básicos, estão o piso nacional de salário, unificação e redução da jornada de trabalho (inicialmente para 40 horas) e direito à organização no local de trabalho.

Além disso, Sanches afirma que a CNM-CUT formou um grupo com representantes de funcionários de 22 empresas da cadeia automotiva (incluindo indústrias de autopeças), que envolve 300 mil trabalhadores no país, para buscar formas de fortalecer os direitos dos empregados nas companhias fornecedoras.

Rede - Entre as metas da Conferência da Fitim, estão a de estabelecer redes de informação entre metalúrgicos no mundo todo e também implementar acordos marco internacionais. Os acordos marco seriam para garantir normas trabalhistas fundamentais da OIT (Organização Internacional do Trabalho) - como liberdade sindical, negociação coletiva, eliminação do trabalho escravo e infantil e não discriminação - em todas as instalações das companhias multinacionais. (Leone Farias) (*Diário do Grande ABC*, 28.06.2005)

Conferência Latinoamericana de Trabalhadores

A Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica (FITIM) realizou de 27 a 29/06 a sua Conferência Latino-americana para a Indústria Automotiva.

Participaram do encontro cerca de 80 dirigentes sindicais de 9 países com organizações a ela afiliadas (Brasil, México, Argentina, Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Uruguai e Peru).

Pelo Brasil, participam cerca de 40 sindicalistas da CNM/CUT e CNTM/FS, representando cerca de 90.000 trabalhadores nas 29 unidades das 15 empresas montadoras aqui instaladas. (Valter Sanches)

Câmara setorial do setor automotivo pode ressurgir

Custos elevados das matérias-primas, como o aço, e a desaceleração da economia podem ressuscitar a câmara setorial do setor automotivo, evento que ajudou a impulsionar as vendas de veículos nos anos 90 - empregos foram mantidos e as vendas cresceram, mas graças à redução de impostos por parte do governo que incidem sobre os veículos.

A possibilidade foi colocada nesta terça-feira pelos presidentes do **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC** (filial à **CUT**), José Lopez Feijóo, e da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Rogelio Golfarb, durante o segundo dia da Conferência Latino-Americana do **FITIM** (Federação Internacional de Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas), que reuniu sindicalistas de nove países, em São Paulo.

Golfarb não economizou ao reclamar da conjuntura atual. "A indústria automobilística vive atualmente uma crise de custos que, somada a uma escalada nos preços das matérias-primas nos últimos anos, faz o setor automotivo enfrentar problemas neste ano devido à queda na rentabilidade nas vendas ao exterior, às taxas de juros e carga tributária elevadas e à falta de crescimento da renda da população."

O caminho para equacionar as dificuldades pode ser o ressurgimento de um programa semelhante à Câmara Setorial da Indústria Automotiva, de acordo com o representante das montadoras. "Precisamos de uma política industrial, com negociação no mínimo tripartite, reunido governo, empresas e trabalhadores. Temos diferenças de opinião, mas as visões são semelhantes: necessidade de crescimento e aumento da competitividade", afirmou Golfarb.

Durante a conferência indústria e sindicalistas concordaram que o setor automotivo precisa de uma política industrial específica, já que gera muitos empregos (são 1,3 milhão de postos), contribui com 5% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro e com 20% do superávit da balança comercial. O que falta é o consenso em relação a detalhes para que o plano setorial saia do papel.

O presidente do **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**, José Lopez Feijóo, tem avaliação semelhante. Para ele, o crescimento da produção de veículos está aquém da necessidade do país, mas o sindicalista condiciona a participação em negociação de política industrial a contrapartidas sociais, como o piso salarial nacional e a unificação da jornada em 40 horas semanais nas fábricas das montadoras em todo o país.

De janeiro a maio, foram produzidos 984,8 mil veículos, 15,6% a mais que no mesmo período em 2004. "Tivemos condições que favoreceram as exportações, mas agora elas (as vendas ao exterior) tendem a cair", afirmou o dirigente da Anfavea. Ainda segundo ele, as montadoras perdem competitividade em função da crise de custos e, por consequência, têm dificuldade na atração de investimentos.

De acordo com a associação das montadoras, o valor investido pelos fabricantes por modelo era cinco vezes maior em 1994 na comparação com o de 2004. "Dez anos depois, a necessidade de investimentos é muito maior para nos mantermos competitivos", afirma Golfarb.

Ao mesmo tempo em que a indústria teve de absorver o custo de insumos mais elevados - o aço subiu 200% nos últimos três anos, afirma o dirigente - as companhias têm de pagar tributos que correspondem em média a 28% do custo do carro. Além disso, agora estão exportando com prejuízo, devido ao dólar na faixa dos R\$ 2,40.

Programas - Do lado do governo federal, a criação, no ano passado, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial é vista como a esperança de retomada de uma Câmara Setorial. A agência tem como meta coordenar programas de política industrial.

Presente à conferência do Fitim, o diretor do ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), Mário Sérgio Salerno, reconheceu que a indústria nacional sofre pressão competitiva de países que pagam salários baixos (como a China) e dos que se diferenciam pela inovação tecnológica, como a Alemanha.

A presença de Salerno foi vista como oportunidade de trabalho conjunto de governo, empresas e trabalhadores. O diretor da agência avalia que o país tem vocação para nichos como os carros compactos, caminhões e tratores e afirmou que o governo já tem apoiado a inovação e a desoneração de investimentos. (Leone Farias) (*Diário do Grande ABC*, 29.06.2005)

Acordo revitalizou indústria automotiva na década de 90

Durante uma de suas maiores crises, na primeira metade dos anos 90, o setor automotivo conseguiu algo impensável na década anterior: reunir montadoras, trabalhadores e governo federal para discutir maneiras de evitar demissão em massa e fuga de investimentos, já que a cadeia automobilística era uma das maiores empregadoras do país.

Era a época pós-impeachment do presidente Fernando Collor de Mello e a inflação ainda era altíssima nesse ambiente, o governo federal concordou em reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos

Industrializados) sobre os veículos, o que reduziu o preço final ao consumidor. Em contrapartida, as montadoras se comprometeram a manter o nível emprego e os trabalhadores fizeram concessões ao amenizar as pressões pedidos de reajustes salariais e outras reivindicações sociais.

O acordo deu novo fôlego ao setor, que aproveitou como nunca a estabilidade que veio com o Plano Real (1995) e o fim da inflação. Entretanto, não deve haver ilusões: câmara setorial significa redução de impostos, coisa que o governo federal não se dispõe a fazer, pelo menos por enquanto. (Marcelo Moreira) (*Diário do Grande ABC*, 29.06.2005)

Além do Encontro Regional Latinoamericano dos Trabalhadores Automotivos, a FITIM promove de 30 de junho a 1º de julho o Encontro Regional da Rede Sindical da General Motors.

“O Mercosul que queremos”

Com o tema “O Mercosul que queremos”, o 1º Encontro de Organizações Sindicais e da Sociedade Civil, realizado em Assunção, capital do Paraguai, nos últimos dias 17 e 18, contou com a participação de mais de cem lideranças, que debateram formas para a reformulação e aprofundamento da integração regional.

De acordo com Rafael Freire, diretor da CUT nacional e da Coordenação das Centrais do Cone Sul (CCSCS), “o evento refletiu a necessidade de um espaço de resistência à Alca e de conformação de alternativas aos tratados de ‘livre comércio’ na região, ampliando o diálogo para alavancar o processo concreto de integração”.

Rafael Freire



“Ressaltamos a importância das entidades acompanharem de perto o debate quanto à livre-circulação de pessoas, meio ambiente - com ênfase no aquífero Guarani - e sobre a conformação do Fundo Estrutural, a fim de que o Mercosul combata assimetrias e desigualdades, fortalecendo o combate à pobreza”, informa o dirigente cutista.

UNIÃO - A preocupação, ressalta Rafael Freire, é que a união e a mobilização popular nos diferentes países da região sirvam para uma integração dos povos e não somente sirvam a um viés comercial. “O empecilho central é que o Mercosul ainda tem políticas regionais frágeis, pois não há uniformidade macroeconômica. Por ter seu alvo na fragilização do mercado interno, a herança neoliberal nos quatro países (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) traz complicações para o desenvolvimento de cada um e de todos”, avalia. Segundo Rafael, “o desafio é apresentar uma saída conjunta para a região, com uma política econômica que afirme o desenvolvimento produtivo e sustentável”.

Para avançar e aprofundar o processo integracionista, analisa, é preciso que haja uma reformulação institucional do Mercosul, ampliando os espaços de participação da sociedade civil desde a elaboração de políticas sociais, até a estruturação do Parlamento do Mercosul e de um tribunal supranacional, elementos-chaves para a sua democratização.

COMPLEMENTARIDADE - “Estamos empenhados em materializar um processo de complementaridade econômica e não de competitividade; defendemos o incentivo às pequenas e médias empresas como forma de dinamizar a economia interna; o incentivo à agricultura familiar, com geração de emprego e renda”, destaca.

Uma das conquistas recentes, esclarece Rafael, foi a formação de um grupo ministerial específico para debater a questão do emprego, pensando principalmente no incentivo a setores com alta capacidade de absorver mão-de-obra. Outro ponto é a Declaração Sócio-Laboral, principalmente para impedir os abusos das multinacionais contra os direitos sociais e trabalhistas que, na opinião do dirigente cutista, deve “avançar para um Protocolo ou Carta de Direitos fundamentais que tenha caráter vinculante, de lei”.

Quanto à Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba), apresentada pelos venezuelanos, Rafael avalia como “uma iniciativa positiva, que se soma à nossa posição de combate ao imperialismo e ao neoliberalismo”. “São princípios de justiça social, de respeito aos direitos sociais, que apontam para a superação conjunta dos graves problemas estruturais das nossas sociedades”, conclui. (Leonardo Severo) (*Agência CUT de Notícias*, 23.06.2005)

Sacrifício em nome de banqueiros

Marcos Arruda*, Economista

O anúncio de que o Banco Mundial aprovou em 14 de junho o empréstimo de US\$ 502,5 milhões para o Brasil, ""a fim de reforçar as reservas brasileiras"", mostra, uma vez mais, a irresponsabilidade financeira e fiscal dos fazedores da política econômica do governo Lula. O comunicado do Banco Mundial, contudo, enuncia outro objetivo para o empréstimo: ""apoiar iniciativas já implementadas no setor de habitação, que fazem parte da agenda de reformas do Brasil para promover o crescimento sustentável e equitativo"". Qual é de fato o objetivo principal do empréstimo? Ele expressa responsabilidade social, como o discurso dá a entender? É desejável para o Brasil?

Afora o blablá do crescimento, que as epístolas do banco e do governo repetem sempre para que seja decorado pelos leitores, que sentido faz endividar o país em meio bilhão de dólares para apoiar iniciativas já implementadas no setor de habitação? Se já estão implementadas é porque o investimento já foi realizado. Então é um empréstimo a posteriori, com valor retroativo?

Pensemos um momento. Quais são os critérios que tornam sábia a tomada de um empréstimo no exterior? Primeiro, que o empréstimo responda a uma real necessidade do país e da população. Segundo, que o empréstimo seja buscado lá fora porque não existem recursos suficientes no país para o investimento a ser realizado. Terceiro, que o empréstimo seja aplicado de maneira a gerar retorno em divisas suficiente para pagar o empréstimo e ampliar em termos líquidos a riqueza do país.

Supondo que o empréstimo fosse para investir na construção de casas para suprir o déficit de quase 8 milhões de moradias para a população sem teto do Brasil, pode-se dizer que o empréstimo corresponde, sim, a uma necessidade premente. Mas há de perguntar por que este déficit não decresce à medida que os anos passam e que o país realiza taxas, ainda que minguadas, de crescimento do PIB (entre 1998 e 2003 o Brasil teve quatro anos de crescimento negativo da renda nacional por habitante) e volumosa taxa de crescimento da arrecadação, via política tributária (a carga tributária passou de 29,3% do PIB em 1998 para cerca de 36,5% do PIB em 2004).

Vejamos o segundo critério. Existem recursos suficientes no país para cobrir o empréstimo para habitação que está sendo buscado no exterior. Mas o governo diz que este dinheiro não existe, sob o pressuposto de que estes recursos não podem ser disponibilizados para a habitação e para outros gastos sociais porque a primeira prioridade é o pagamento dos juros aos banqueiros. Em 2002, somente 56,5% do orçamento previsto para a habitação no Orçamento da União foram gastos para esse fim. Em 2003, este percentual diminuiu para 33%. O total de gastos sociais limitou-se a R\$ 70,8 bilhões, em contraste com os R\$ 132,5 bilhões de pagamentos de juros, principalmente aos bancos. Em 2004, os gastos realizados em habitação foram de apenas 30% do total previsto no início do ano. O total investido nas áreas sociais foi de apenas R\$ 84 bilhões, em face dos gastos com o serviço das dívida pública, que se elevaram a R\$ 139 bilhões.

Os primeiros quatro meses de 2005 tampouco são alvissareiros. O ""esforço fiscal"" foi tal que o superávit primário prometido, de 4,5%, foi de fato de 7,26% do PIB, ou R\$ 44 bilhões, enquanto o pagamento de juros e encargos alcançou R\$ 51,2 bilhões. Neste mesmo período, os gastos sociais foram de R\$ 21,6 bilhões e os da área de habitação, apenas R\$ 3,7 bilhões, ou 0,52% do total previsto para o ano. Os saldos de todos estes anos foram alimentar o superávit primário para pagar os juros e encargos da dívida pública ou ficaram parados na caixa do Tesouro.

Faz sentido desviar recursos públicos em reais destinados aos gastos sociais, dando prioridade aos pagamentos financeiros e depois tomar divisas emprestadas para fazer investimentos nas áreas sociais prejudicadas pelo contingenciamento? Esta, na verdade, é uma escolha fiscal e financeira irresponsável, um autêntico tiro no pé das finanças da nação.

O terceiro critério também não é respeitado no caso do empréstimo em questão, pois sua aplicação não tem condições de gerar retorno em divisas suficientes para pagar o empréstimo e ampliar em termos líquidos a riqueza do país. A construção de moradias não pode ser financiada com dinheiro estrangeiro, sob pena de tornar-se um rombo em divisas nas contas externas do Brasil. Os gastos em equipamentos serão em reais e o pagamento que efetuarem os beneficiários das novas moradias também serão feitos em moeda nacional.

Resta, portanto, como sentido último do empréstimo a proposição inicial: que ele tem por finalidade reforçar as reservas internacionais do Brasil, ou ampliar suas reservas em divisas para continuar cumprindo em dia os contratos para com os bancos internacionais. Neste caso, de novo a população está sendo fraudada: em nome de mais habitações para suprir o déficit de moradias, o governo Lula está assumindo um novo empréstimo externo para ampliar sua capacidade de pagamento de juros e amortizações da dívida externa. E o Banco Mundial se oferece como cúmplice desta fraude!

A sociedade deve apelar para o bom senso dos senadores e senadoras a fim de que vetem este empréstimo requisitado pelo Poder Executivo, na sua compulsão de levar o país a qualquer sacrifício em benefício dos banqueiros nacionais e estrangeiros.

*Marcos Arruda é coordenador geral do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)

Confronto de Números dos governos Lula e FHC

Comparação de 100 indicadores vê diferenças entre governos Lula e FHC

O governo Lula é melhor do que o governo de Fernando Henrique Cardoso? Parece que sim, para 48% da população brasileira, conforme mostrou o Ibope divulgado em 17 de junho. A série histórica da pesquisa – encomendada desde setembro de 2003 pela Confederação Nacional da Indústria – indica que esse resultado positivo não é uma situação ocasional registrada agora, quando Lula atravessa, por sinal, uma tormenta política. A vantagem do governo petista sobre o tucano tem sido freqüente. Já foi maior (55% em setembro de 2003) e menor do que agora (em junho de 2004 baixou para 42%).

Seria essa uma percepção positiva advinda de falsos milagres atribuídos aos marqueteiros? Afinal, Lula tem usado bastante a publicidade para anunciar alguns de seus feitos administrativos. Parece que não, a julgar pela comparação de 100 indicadores de desempenho governamental medidos nos dois primeiros anos dos dois governos. Nesse confronto direto – Lula vs. FHC – a vitória do petista sobre o tucano é incontestável. Assim, os números sustentam o retrato feito pelas pesquisas.

“Nos 100 indicadores de desempenho, os dois primeiros anos do governo Lula bateram os do primeiro biênio FHC em 56 deles, contra 44 médias de FHC superiores às de Lula”, afirma o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, em texto publicado na revista Insight Inteligência, que, por mala direta, circulará a partir da terça-feira 28 para um seleto número de autoridades, políticos e intelectuais.

O objetivo de Wanderley Guilherme dos Santos é o de oferecer um cardápio capaz de atizar um debate que vá além das suposições feitas até agora. Estabelecida a comparação entre as variações dos dois primeiros anos do governo Lula – a fase que já possui séries completas – com as variações dos dois anos do primeiro e do segundo mandato de FHC, surge o governo que apresenta os melhores resultados. A consolidação dos indicadores em três categorias – “economia”, “produção” e “social” – pode ser o começo de uma reflexão sobre “qual tem sido o melhor governo”. Não havia, até então, um conjunto de informações tão grande como o que foi reunido por ele. Os números permitirão um julgamento mais consistente dos dois governos. Um que já acabou (FHC) e outro ainda em andamento.

Para Wanderley Guilherme, o resultado tira o argumento martelado pelas vozes de oposição: “É falsa a propaganda de que a gestão do atual governo inexistente ou é inepta”, disse ele a CartaCapital.

Wanderley Guilherme não entra na avaliação das políticas executadas, que, em alguns casos, são iguais ou bastante próximas. Ele convoca os “sérios investigadores” a imaginar e a pesquisar as razões pelas quais “o desempenho do primeiro biênio do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi largamente superior ao desempenho dos dois mandatos da era FHC nos dois biênios considerados”.

Os resultados da pesquisa Ibope guardam uma relação expressiva com os indicadores. No ranking do instituto, a sondagem de junho mostra que o governo tem maus resultados no capítulo do “combate ao desemprego”. Para o Ibope, “as menções a esse tema, que chegaram a 17% em março, a melhor posição no ranking desde o início do governo, recuaram para 13%”. Há um crescimento na desaprovação quanto ao combate ao desemprego. Ou seja, uma condenação implícita à política de juros altos, considerada pelos especialistas como o principal entrave ao “espetáculo do crescimento”.

Isso está refletido na planilha dos indicadores sociais e pesa contra Lula. A pesquisa confronta indicadores de todo tipo, desde dados de desemprego e concessão de crédito até mesmo consumo de carne. Na rubrica “desemprego aberto”, o governo de Fernando Henrique supera o de Lula nos dois biênios. FHC ganha também no consumo de carne e há um empate no indicador “Operações de crédito do sistema financeiro – Habitação”, considerada a média dos três biênios. O governo tucano foi melhor, igualmente, na manutenção do salário mínimo real.

O governo Lula tem nítida vantagem sobre o “salário real médio – indústria”, no preço do pão francês e no preço do botijão de gás. Assim como vence, na média dos biênios, em relação ao número de famílias assentadas e no custo da cesta básica. Ao final, consideradas as 16

rubricas sociais da planilha, o governo Lula supera o de FHC por 10 a 6 (**quadro Melhores Indicadores por Gestão – consolidado**).

Na categoria “economia” – em cima de uma política herdada de FHC –, a administração Lula é

| MELHORES INDICADORES POR GESTÃO – Consolidado | | | | |
|--|----------|----------|--------|---------|
| Comparativos no primeiro biênio | Economia | Produção | Social | Geral |
| Lula vs. FH 1 | 37 x 33 | 8 x 6 | 11 x 5 | 56 x 44 |
| Lula vs. FH 2 | 40 x 30 | 9 x 5 | 10 x 5 | 59 x 40 |
| Lula vs. FH (média) | 44 x 26 | 10 x 4 | 10 x 6 | 64 x 36 |

Obs.: Houve empate na comparação Lula vs. FH 2 no indicador social Operações de crédito do sistema financeiro – habitação, não sendo computada a melhor gestão nesse caso
Fonte: Revista Insight Inteligência

melhor na balança comercial, em bens de capital, na contribuição da formação bruta de capital fixo para as riquezas do País (o Produto Interno Bruto, PIB). O governo do PT leva vantagem sobre o do PSDB na diminuição da dívida interna e, por consequência, na relação da

dívida líquida com o PIB. É melhor, na média, o desempenho de Lula na redução da dívida externa. Os tucanos estão melhores na arrecadação de IPI. Lula vence na diminuição dos índices de inflação.

No capítulo da “produção”, a taxa de juros de longo prazo (TJLP) favorece Fernando Henrique Cardoso. Mas a Taxa Selic favorece o petista. O governo FHC foi melhor na “produção física – bebidas” e nas vendas de máquinas agrícolas. Lula ganha na produção de caminhões e em “máquinas e equipamentos”.

No confronto dos dois primeiros anos de Lula com os dois primeiros do segundo biênio de FHC, a vantagem de Lula aumenta para 59 resultados favoráveis, em 100, contra 40 de FHC, sobrando um empate, analisa Wanderley Guilherme. Na média geral, segundo ele, o desempenho dos dois primeiros anos de Lula é superior ao dos dois mandatos de FHC em 64 dos 100 indicadores comparados.

Há duas semanas, em entrevista a CartaCapital (ver CNM Internacional nº 24) , Wanderley Guilherme dos Santos denunciou a possibilidade de um “golpe branco”, pretendido por adversários de Lula, e que seria apoiado pelos tucanos, em particular. Hoje, o cientista político revê parte de sua posição – acha que o ímpeto golpista foi amainado –, mas não deixa de fazer blague, ao considerar o resultado comparativo dos números, a popularidade que Lula ainda mantém e a eleição presidencial de 2006: “Esses números explicam as razões do golpe”. (Maurício Dias) (*Carta Capital*, 25.06.2005)

A tabela completa está em : <http://www.cartacapital.com.br/imagens/cestaind.gif>

TIE Brasil promoveu seminários

Seminário de Trabalhadores na DC Brasil

De 24 a 26 de junho os Trabalhadores na DaimlerChrysler do Brasil em parceria com TIE-Brasil realizaram na cidade de Taubaté o Quinto Seminário do Cruso de Formação Contínua dos Trabalhadores na DC.

Durante o seminário os Trabalhadores discutiram um dos mais importantes temas da pauta política nacional - a Reforma Sindical, e intercambiaram informações e experiências com os Trabalhadores, Comissão de Fábrica e Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté.

Trabalhadores na Ford fazem Encontro Nacional

Os Trabalhadores nas unidades da Ford em Camaçari, São Bernardo do Campo e Taubaté estiveram reunidos no 2o. Encontro Nacional dos Trabalhadores na Ford, promovido por TIE-Brasil no final de semana de 24 a 26 de junho de 2005, na cidade de Taubaté, São Paulo.

Os Trabalhadores discutiram a situação da indústria automobilística internacional e os problemas enfrentados pelos Trabalhadores, além de definir objetivos e preparar o programa Encontro Internacional dos Trabalhadores na Ford que acontecerá em Julho aqui no Brasil. (Sergio Bertoni, Curitiba, PR) (*TIE Brasil*)

CNM-Internacional é um informativo da Secretaria de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – **CNM-CUT**, editado pela Consultoria Econômica e Social Integrada
Secretário Geral da **CNM** : Fernando Lopes
Jornalista Responsável : Antonio Carlos Castro (MTb 36.741/SP)
internacional@cnmcut.org <http://www.cnmcut.org.br>